

Variação do Imperativo de 2ª pessoa em Enunciados de Provas da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco (Huambo, Angola)

António Kingui da Silva

kinguisilva@outlook.com

Universidade de Évora (Portugal)

Célia Lopes

celiar.s.lopes@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Paulo Osório

pjtrso@ubi.pt

Universidade da Beira Interior (Portugal)

ABSTRACT

The present paper aims to conduct a sociolinguistic study of the variation of strategies of affirmative second-person imperative (second-person form and third-person form) in the instructions of tests produced by Angolan teachers of the Teacher Training School Ferraz Bomboco, in the Huambo province. Thus, we aim to identify the factors favouring the variant forms of the imperative, based on the researches developed mainly for Brazilian Portuguese. Our hypothesis is that the imperative, in the third-person form, would be more present in written texts of a non-dialogical nature, in the case of test instructions, as they are controlled and monitored texts. We have also taken Labovian Sociolinguistics (Labov, 1972) as a theoretical support. As a methodological tool, we employed the statistical program *Goldvarb-X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), in order to assist us in the quantitative analysis of the sample data. Regarding the structural factors, the results showed that the group titled “regularity of verbs” was relevant in the multivariate analysis, as Scherre (2002) showed for Brazilian Portuguese. The least marked regular verbs favoured the imperative-second-person form, while the more marked irregular verbs favoured the third-person form. As for the extralinguistic factors, the observed results show that the imperative mood in the third-person form occurs mostly in the test statements of Portuguese language and entrepreneurship tests, whereas in other disciplines there was a more relevant variation of the two imperative strategies, possibly revealing the vernacular of teachers and students.

KEYWORDS: imperative, Labovian sociolinguistics, variation and change.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo sociolinguístico da variação das estratégias de imperativo afirmativo de segunda pessoa (forma de segunda pessoa (2P) e forma de terceira pessoa (3P), *Escreve (tu) vs. Escreva (você/o senhor)* nos enunciados de provas produzidas por professores angolanos da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco, da província do Huambo. Pretendemos, deste modo, identificar os fatores que favorecem o uso das formas variantes do imperativo, com base nas pesquisas sobre o tema desenvolvidas, principalmente, para o português do Brasil. A nossa hipótese é de que o imperativo na forma de 3P estará mais presente em textos escritos de natureza não-dialógica, no caso dos enunciados de provas, por se tratar de textos controlados e monitorados. Tivemos, igualmente, em consideração a Sociolinguística Laboviana (Labov, 1972), como suporte teórico. Como ferramenta metodológica, utilizámos o programa estatístico *Goldvarb-X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), com o objetivo de nos auxiliar na análise quantitativa dos dados da amostra. Quanto aos fatores estruturais, os resultados mostraram que o grupo de fatores “regularidade dos verbos” se mostrou relevante na análise multivariada, como apresentou Scherre (2002) para o português brasileiro. Os verbos regulares menos marcados favoreceram o *imperativo-forma de 2P*, ao passo que os verbos irregulares mais marcados motivaram *imperativo-forma de 3P*. Quanto aos fatores extralinguísticos, os resultados observados mostram que o modo imperativo na forma de 3P se apresenta com maior ocorrência nos enunciados de provas de língua portuguesa e de empreendedorismo, enquanto, em outras disciplinas, houve maior variação das duas estratégias imperativas, possivelmente trazendo ao de cima o vernáculo de professores e alunos.

PALAVRAS-CHAVE: imperativo, sociolinguística laboviana, variação e mudança.

1. Apresentação geral do fenómeno

O imperativo é, tradicionalmente, reconhecido como um modo verbal particular em que um locutor formula um ato diretivo para um interlocutor normalmente para expressar uma determinada súplica, ordem ou desejo. As formas para verbalizar o imperativo na língua portuguesa sofreram, desde a sua origem no latim, muitas alterações, tanto do ponto de vista

morfossintático e fonético, quanto no que se refere aos diferentes matizes que tais formas podem assumir nos contextos interacionais. Tais alterações acompanharam, em alguns casos, as mudanças que ocorreram no quadro de pronomes pessoais no geral e nas formas de tratamento de segunda pessoa em particular, principalmente, no português brasileiro.

Sem levar em conta o imperativo negativo, devido aos limites do nosso estudo, vamos deter no que a tradição gramatical e os estudos descritivos sobre o tema denominam de *imperativo afirmativo de segunda pessoa*. Em geral, são consideradas duas formas variantes nesse contexto. A primeira delas é designada como *imperativo-forma de segunda pessoa (2P)* ou *imperativo de tu* (**Calcula** pela definição os seguintes logaritmos e **determina** a sua função). Tal forma imperativa é utilizada normalmente em contextos de maior proximidade entre os interlocutores, ou seja, contextos informais para pessoas da mesma faixa etária e, também, nas relações de superior para inferior. A segunda forma imperativa afirmativa será designada, no nosso estudo, como *imperativo-forma de terceira pessoa (3P)*: (**Calcule** pela definição os seguintes logaritmos e **determine** a sua função). Mais no português europeu do que no português brasileiro, a estratégia de 3P do imperativo é, muitas vezes, usada em situações de maior distanciamento entre os interlocutores, consideradas assim mais formais para pessoas com quem não se tem intimidade, podendo até marcar diferentes posições sociais (**Faça** a análise sintática da seguinte oração (...)) e **justifique-a**). No português brasileiro, entretanto, essa variante imperativa é designada de várias maneiras, principalmente, em função da forma em si. Costuma ser designada de *imperativo-subjuntivo* ou *imperativo de você*¹ pelo fato de apresentar forma idêntica ao Presente do subjuntivo (conjuntivo no PE). Pelo facto de tal variante estar associada à emergência do tratamento geral de segunda pessoa, *você*, não é necessariamente considerada, naquela variedade, como tratamento distante ou formal.

As gramáticas tradicionais oferecem soluções práticas para a descrição estrutural das formas variantes associadas ao modo imperativo. A variante básica de segunda pessoa (*imperativo-forma de 2P* ou de *tu*) seria oriunda

¹ No trabalho, denominaremos de *imperativo-forma de 3P*, dados como “Escreva o que se pede” e de *imperativo-forma de 2P*, ocorrências do tipo “Escreve o que se pede”.

da forma verbal do presente do indicativo sem a desinência -s. A variante associada a *you* (*imperativo-forma de 3P*), no português brasileiro, ou a um tratamento mais distante de segunda pessoa (*o senhor* ou verbo na terceira pessoa, etc.), no português europeu, corresponderia inteiramente às formas do modo conjuntivo/subjuntivo, tanto no imperativo afirmativo quanto no negativo.

Estudos bastante amplos de cunho variacionista têm sido levados a cabo com o objetivo de compreender os fatores linguísticos e extralinguísticos que explicariam os contextos de uso das duas estratégias linguísticas - variantes do imperativo afirmativo-*forma de 2P* vs. *imperativo-forma de 3P* no português brasileiro (cf. Scherre *et alii*, 1998, 2001, 2002-2007; Cardoso, 2006; Evangelista, 2010; Barbosa, 2013; Silva, 2017). Os autores observam diversos aspetos para a análise do fenómeno referido. Quanto aos fatores linguísticos, os trabalhos costumam observar questões de cunho mais estrutural, como: o número de sílabas da forma verbal em análise, a conjugação à qual pertence o verbo, os tipos de verbos, etc. Quanto aos fatores extralinguísticos ou sociais, os estudos levam em conta, no geral, o género, a faixa etária e o grau de escolarização dos falantes.

Embora seja um tema bastante estudado no português brasileiro, devido à relação que se estabelece entre a variação das estratégias imperativas e a emergência de *you* como forma variante de *tu* (menos distante e mais informal²), não encontramos trabalhos que observem o comportamento das formas imperativas variantes, seja na escrita seja na fala, no caso do português angolano. Nesse sentido, o interesse pelo tema para a variedade angolana foi suscitado pelo facto de nos termos deparado com um conjunto de provas produzidas por professores angolanos em que a variação das estratégias imperativas (*forma de 2P* e *forma de 3P* - *Assinala/Assinale*) se fazia presente nos enunciados formulados por estes. Com este material disponível, decidimos investigar o fenómeno, partindo das hipóteses dos estudos feitos para o português brasileiro, em função de o tema ter sido já bastante estudado para esta variedade do português.

² O uso do “*tu*”, a alternância entre “*tu*” e “*you*” e as respetivas valorações sociais no Português do Brasil conhecem muitas variações geográficas no território brasileiro, já reportadas em alguns estudos. Cf. Cavalheiro (2016).

Desse modo, o objetivo central desta investigação consiste em analisar a variação do *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P*, nos enunciados de provas produzidos por professores angolanos da Escola de Formação de Professores *Ferraz Bomboco* da província do Huambo. O nosso intuito é observar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estejam a condicionar o uso das formas imperativas variantes. Em função do teor, em princípio, mais monitorado e controlado do género “prova”, a nossa hipótese inicial será a de que as provas de língua portuguesa não apresentem nos seus enunciados variação entre as duas estratégias imperativas analisadas, ao passo que, nas provas das demais disciplinas, a variação poderá ser mais evidente, porque os professores teriam menor preocupação com questões relativas à norma prescritiva. Além disso, a variante mais formal do imperativo (*a forma de 3P*) predominaria nas provas de língua portuguesa. Os professores das outras disciplinas não teriam necessariamente um monitoramento linguístico tão forte e tenderiam a utilizar a variante mais informal e de maior proximidade comunicativa, qual seja, o *imperativo-forma de 2P* na formulação dos enunciados das suas provas.

Para desenvolvermos a nossa pesquisa, servimo-nos dos princípios teóricos e metodológicos da corrente da Sociolinguística Laboviana (1972, 1994) e dos estudos sobre o tema desenvolvidos por Scherre *et alii* (1998, 2001, 2002-2007) para o português brasileiro. O intuito era identificar se os fatores tradicionalmente indicados como relevantes para a variação das estratégias imperativas no português brasileiro seriam os mesmos no português angolano, em particular, nos enunciados das provas analisadas.

O estudo prevê a análise de um *corpus* constituído por 80 provas das 10ª e 11ª classes de diversas disciplinas e cursos de especialização. Julgámos, ainda, oportuna a quantificação dos dados por intermédio do programa estatístico *Goldvarb-x* para análise posterior.

Em função do modelo de análise proposto e do *corpus* escolhido, algumas questões necessitavam ser respondidas: (i) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado? (ii) A variação deu-se de acordo com um critério individual, ou seja, cada professor tende a usar sempre a mesma forma de imperativo

nas instruções das suas provas ou numa mesma prova um mesmo professor pode variar na forma de imperativo usada nas instruções? (iii) A variação tem uma ligação funcional estável, ou seja, está relacionada com a marcação de [+ proximidade] vs. [+ afastamento] com o *tu* ou *você/senhora*, respetivamente? (iv) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo? (v) Os contextos favorecedores do uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii* (2000, 2002, 2003, 2004, 2007) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo *forma de 2P* e *forma de 3P* no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Para responder a estas questões e dar conta dos objetivos delineados, estruturamos o trabalho em 4 secções, além desta apresentação e das referências bibliográficas. Na secção 2, apresentamos uma síntese dos estudos linguísticos feitos sobre a variação do imperativo no português brasileiro. Na secção 3, enquadrámos o tema na teoria da variação, descrevendo, ainda que brevemente, os grupos de fatores testados e a natureza do *corpus* em análise. Na secção 4, apresentamos os resultados obtidos em duas subsecções. Em 4.1, mostramos a distribuição geral dos dados na amostra, tendo em vista os três grupos de provas identificadas: (i) provas com imperativo-*forma de 3P* exclusivo; (ii) provas com imperativo-*forma de 2P* exclusivo e (iii) provas *mistas* com variação entre imperativo-*forma de 3P* e imperativo-*forma de 2P*. Em 4.2, evidenciamos os resultados gerais na amostra (iii) em que houve variação das duas estratégias imperativas, destacando os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico como relevantes para a explicação do fenómeno. Em 5, elaboramos as nossas considerações finais que vêm seguidas pelas referências bibliográficas.

2. Síntese de alguns estudos sobre o imperativo no Brasil

Os estudos variacionistas têm procurado observar o efeito dos fatores linguísticos na explicação do fenómeno de variação entre as duas estratégias de imperativo mencionadas: *imperativo-forma de 2P* vs. *imperativo-forma de 3P* (cf. Scherre *et alii*, 1998, 2001, 2003, 2007; Evangelista, 2010;

Barbosa, 2013; Silva, 2017). Essas pesquisas têm apontado a atuação de fatores relacionados com aspetos estruturais e morfossintáticos dos verbos, como é o caso da conjugação verbal, o número de sílabas da forma e a presença/ausência de pronomes de 2ª ou 3ª pessoas na proximidade contextual das formas imperativas analisadas.

No que diz respeito à conjugação verbal, por exemplo, os resultados obtidos por Scherre *et alii* (1998, 2001, 2003, 2007) e Evangelista (2010) demonstraram que os verbos de primeira conjugação [-marcados] tendem a favorecer o *imperativo-forma de 2P* (forma mais geral), ao passo que os verbos de segunda e terceira conjugações favoreceriam o *imperativo-forma de 3P* [+marcado]. O número de sílabas também tem sido objeto de análise. Os autores verificaram que as formas verbais com duas sílabas no máximo (*olhar, deixar*) favoreceriam o *imperativo-forma de 2P*, ao passo que os verbos com mais de duas sílabas desfavorecê-lo-iam (*esperar e imaginar*). Como aponta Silva (2017, p.20), tais aspetos estariam relacionados com o *Princípio da Marcação* (Givón, 2001), que prevê que estruturas mais marcadas seriam cognitivamente mais complexas com formas mais salientes. Assim, verbos de 1ª conjugação que são mais frequentes na língua seriam mais acessíveis cognitivamente ao falante, por isso seriam [-marcados] do que verbos de 2ª e 3ª conjugações que são menos numerosos e requerem maior esforço cognitivo [+marcados]. O mesmo raciocínio opera para o número de sílabas.

Outro grupo de fatores recorrentemente testado nesses estudos relaciona os padrões de verbos regulares e irregulares com a saliência fónica, associando-os a formas mais ou menos marcadas. Cardoso (2006), Scherre (2001, 2002, 1998), entre outros, mostraram que formas verbais mais marcadas, nesse caso, com radicais irregulares e vogal fechada, tenderiam a favorecer o *imperativo-forma de 3P* e, por outro lado, os verbos regulares com vogal aberta favoreceriam o *imperativo-forma de 2P* (menos marcado e mais geral). Assim, por exemplo, um verbo regular como *falar* (verbo regular, 1ª conjugação, vogal precedente mais aberta) apresentaria alta produtividade do *imperativo-forma de 2P* (*fala*), ao passo que, no extremo oposto, um verbo como *dizer* (verbo irregular, 2ª conjugação, vogal precedente mais fechada) apresentaria maior frequência do *imperativo-forma de 3P* (*diga*).

Quanto aos aspetos extralinguísticos, alguns estudos apontam resultados interessantes. No trabalho de Barbosa (2013: 113-124), o autor verificou, no seu estudo na comunidade de Vitória (Espírito Santo – Brasil), que o uso do *imperativo-forma de 3P* estaria relacionado com o grau de escolaridade. Assim, quanto maior for o grau de escolaridade do falante maior seria a frequência dessa forma. No entanto, o autor chama a atenção para o facto de o resultado do ensino superior não se ter dado de forma categórica, havendo registo de variação do *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* nesse nível de escolaridade.

Mesmo convictos de que não daremos conta, nos limites deste estudo, de todos os tópicos mencionados, reproduzimos um quadro sinótico adaptado de Scherre (2007: 207) com as principais conclusões da autora acerca dos contextos que favorecem, no português brasileiro, o uso de cada uma das estratégias imperativas estudadas (*forma de 2Pvs. forma de 3P*):

Tendem a favorecer o imperativo-forma de 2P – imperativo com pronome tu	Tendem a favorecer o imperativo-forma de 3P – imperativo com <i>você/ senhor</i> ou formas de tratamento nominais
1) Eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica	1) Eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica
2) Construções afirmativas	2) Construções com negação pré-verbal
3) Contexto com pronome <i>tu</i> explícito no contexto da fala (em algumas regiões do Brasil)	3) Contexto com <i>você</i> explícito no contexto próximo
4) Construções frásicas com pronomes na forma reta e oblíqua, a título exemplificativo, <i>deixa eu ir, chama ele, lhe chama</i>	4) Construções com pronome na forma oblíqua, do tipo, <i>deixe-me ir, chame-o, veja-o/lhe veja, faça-me, aproxime-se</i>
5) Paradigmas irregulares com posição menos marcada: <i>dá/dê; vai/vá; vem/venha; põe/ponha</i>	6) Paradigmas irregulares com posição mais marcadas: <i>faz/faça, diz/diga; sê/seja</i>
6) Verbos de até duas sílabas: <i>dar, ir, vir, ter, pôr; olhar, deixar, falar, ficar, abrir</i>	6) Verbos de mais de duas sílabas: <i>esperar, apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar</i>
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: <i>fala/ olha/espera</i>	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: <i>use/ abuse/ imagine</i>

8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao <i>imperativo-forma de 2P</i> (<i>deixa/ recebe/abre/dá/diz/vai</i>)	8) Formas verbais em série precedidas de formas do <i>imperativo-forma de 3P</i> (<i>deixe/receba/abra/dê/diga/vá</i>)
9) Falantes mais jovens	9) Falantes mais velhos
10) Falantes menos escolarizados (em algumas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro)	10) Falantes mais escolarizados (em algumas cidades brasileiras)

TABELA 1 – Contextos que favorecem o *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P*
(Síntese adaptada de Scherre, 2007, p. 207)

3. Enquadramento teórico e metodológico da pesquisa

3.1. Pressupostos teóricos e grupos de fatores controlados

Para desenvolvermos a nossa investigação, servimo-nos dos princípios teóricos e metodológicos da Sociolinguística de base Laboviana (1972, 1994), a fim de observarmos os fatores que estariam a condicionar o uso de uma ou de outra forma imperativa. Os dados foram analisados e quantificados com o auxílio do programa estatístico *Goldvarb-x* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Em linhas gerais, o *Goldvarb-x* fornece, por meio de frequências e pesos relativos, a relevância estatística dos resultados obtidos. De acordo com Scherre *et alii* (2007: 194), os pesos relativos indicam o efeito de cada fator em relação às variantes da variável dependente, ao efetuarem cruzamentos entre os grupos dos fatores propostos. Os resultados que apresentam efeito categórico devem ser excluídos da análise quantitativa para obter os pesos relativos que, normalmente, são calculados somente em situação de variação.

Os dados foram submetidos a sete grupos de fatores, sendo cinco linguísticos e dois extralinguísticos, além da variável dependente do fenómeno: *imperativo-forma de 2P* vs. *imperativo-forma de 3P*. Os grupos testados foram formulados a partir dos estudos brevemente mencionados na secção 2. Em relação aos fatores linguísticos, foram observados os seguintes grupos de fatores linguísticos: (i) forma imperativa empregue nas folhas de provas: (a) uso exclusivo de *imperativo-forma de 2P* em toda a prova; (b)

uso exclusivo de *imperativo-forma de 3P*; (c) uso de *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* na mesma prova (mista); (ii) presença/ausência de formas do mesmo paradigma: este grupo pretendia testar se a forma imperativa utilizada ocorria antecedida ou seguida por formas do mesmo paradigma ou de paradigmas diferentes. Assim, controlámos se a forma analisada ocorria (a) isoladamente no enunciado; (b) antecedida/seguida por pronome ou desinência verbal de 2ª pessoa no mesmo enunciado ou fora do enunciado (*teu... dirias*); (c) antecedida/seguida por pronome ou desinência verbal de 3ª pessoa no enunciado ou fora dele (*seu*); (iii) conjugação verbal da forma imperativa em análise: (a) primeira (*assinalar, falar*); (b) segunda (*fazer, dizer*); (c) terceira (*corrigir*) conjugações; (iv) regularidade dos verbos e saliência fónica: o grupo controlava se o verbo analisado era regular ou irregular, além de observar a que conjugação pertencia a saliência fónica da vogal do radical (aberta ou fechada). O grupo estava dividido em: (a) paradigma regular menos marcado – 1.ª conjugação vogal precedente [+ aberta] (*fala/fale; olha/olhe; espera/espere*); (b) paradigma regular menos marcado – 1.ª conjugação vogal precedente [- aberta] (*manda/mande; conta/ conte; tenta/tente; vira/vire; desculpa/desculpe*); (c) paradigma irregular, oposição menos marcada – (*dá/dê; vai/vá; sai/saia; vem/venha; põe/ponha*); (d) paradigma irregular, oposição mais marcada – (*faz/faça; traz/traga; diz/diga; vê/veja; pede/peça; sê/seja*); (v) número de sílabas dos verbos na forma infinitiva: (1) monossílabo; (2) dissílabo; (3) trissílabo; (4) polissílabo.

Controlámos, ainda, os seguintes fatores extralinguísticos: o género do autor da prova (masculino ou feminino) e a disciplina da prova (língua portuguesa, matemática, biologia, empreendedorismo, geografia, história e metodologia de ensino).

3.2. Recolha do Corpus e sua Caracterização

O *corpus* da nossa investigação é constituído pelo género discursivo “prova” que apresenta estruturas bem definidas, com enunciados caracterizados por atos injuntivos materialmente apresentados como orientações, solicitação de tarefas e ordens a serem realizadas pelo estudante, a fim de aferir o nível de conhecimento da disciplina. A depender do contexto interacional criado na sala de aula e do tipo de relação de poder estabelecida entre o professor e o aluno, é possível que

o tom da prova enverede por duas direções que interferem sobremaneira na análise. Por um lado, o professor pode tentar manter o distanciamento comunicativo inerente ao género “prova”, como um instrumento de medida classificatório da autoridade escolar. Neste caso, prevaleceria um texto marcadamente distante e o uso monitorado, prevalecendo, no caso do objeto de análise, do *imperativo-forma de 3P* para marcar formalidade, segundo a tradição portuguesa mencionada na apresentação. Por outro lado, o professor poderia minimizar o carácter impositivo da avaliação escolar, concebendo a prova como uma avaliação mais processual e formativa³. Neste caso, a adoção do *imperativo-forma de 2P* seria favorecido a partir do emprego de formas mais usuais e quotidianas do vernáculo⁴ do aluno. Para marcar maior proximidade comunicativa com os seus alunos, o *imperativo-forma de 2P* poderia predominar.

Os enunciados de provas que se apresentam como amostra foram recolhidos na Escola de Formação de Professores (INE) *Ferraz Bomboco* do município do Huambo, no final de 2017. As provas analisadas foram elaboradas pelos professores no mesmo ano. Os professores das disciplinas ministradas não possuem necessariamente formação específica na respetiva área de ensino. Os enunciados de provas permitiram-nos conhecer, em primeiro lugar, as competências linguísticas e comunicativas apresentadas pelos professores. Em segundo lugar, verificámos que os professores apresentam variação na expressão do imperativo nas formas de 2P e de 3P, ao adotarem um registo bem próximo do *vernáculo*.

Recolhemos cerca de 80 provas, sendo 20 de língua portuguesa e 10 de cada uma das seguintes disciplinas: matemática, biologia, empreendedorismo, geografia, história e metodologia de ensino. As provas foram aplicadas a três trimestres letivos, das 10ª e 11ª classes de várias turmas, nos dois períodos laborais: manhã e tarde. Os dados mensurados na amostra ocorrem em contexto escrito dirigidos aos alunos de idade compreendida entre os 20 aos 30 anos de idade, contexto em que o uso

³ Não tendo sido possível, no âmbito do estudo, aferir totalmente estas valorações, partimos do princípio de que estes pressupostos são genericamente aceitáveis na descrição funcional e sociolinguística da variável. A estas valorações não é alheio o facto de que a população estudantil analisada nesta investigação se situa numa faixa etária entre os 20-30 anos.

⁴ Utiliza-se vernáculo como sinónimo de idioleto.

do *imperativo-forma de 3P* prevaleceria num contexto mais formal para o português europeu.

A partir da leitura das 80 provas, identificámos que, em algumas delas, havia variação de formas imperativas nos enunciados formulados pelos professores numa mesma prova ou nas diferentes provas. Assim, tendo em vista a presença ou não de variação/mistura das formas imperativas numa mesma prova, o *corpus* foi organizado em três grupos para ser analisado. O primeiro deles engloba as provas com *uso exclusivo* do *imperativo-forma de 3P* sem variação, como exemplificado em (1a e 1b). O segundo, por outro lado, pressupunha o emprego apenas do chamado *imperativo-forma de 2P*, em (2a e 2b). Por fim, considerámos as provas, chamadas aqui de mistas, por apresentarem coexistência das duas estratégias imperativas: *forma de 2P* e *forma de 3P*, em (3):

- 1) a) «*Leia* atentamente a prova e de acordo a sua capacidade de síntese *responda* de forma precisa.»;
- b) «Sobre a Angola *diga*:» (Provas de geografia do I trimestre da 10ª classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);
- 2) a) «*Lê* atentamente o texto e *responde* com satisfação as perguntas que se seguem:»;
- b) «*Fundamenta* a tua resposta com base no texto.» (Prova de língua portuguesa do II trimestre da 11ª classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);
- 3) «Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano lectivo, *prova* os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade as questões abaixo indicadas. *Faça* correspondência entre os elementos da coluna A com os da coluna B.» (Prova de história da 10ª classe do III trimestre, 2017).

Tendo em vista a natureza dos dados pelos três grupos de provas apresentados (uso exclusivo de *imperativo-forma de 3P*, uso exclusivo de *imperativo-forma de 2P* e uso variável das duas estratégias imperativas – *forma de 2P* e de *3P*–na mesma prova), optámos por apresentar os resultados em duas subsecções, para que possamos descrever, de maneira mais ampla, os nossos resultados. Na secção 4.1, faremos a descrição

geral dos resultados obtidos com base em todos os dados quantificados e levantados na totalidade do nosso *corpus* constituído por enunciados de provas. Dessa forma, teremos uma visão geral da distribuição das variantes do imperativo na amostra a partir dos três grupos identificados e das disciplinas em que cada variante mais ocorreu. Na secção seguinte, apresentaremos os resultados relativos ao grupo de provas mistas, ou seja, ao conjunto de provas em que houve variação entre as duas estratégias imperativas. Nesta secção, indicaremos os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico *GOLDVARB-X* como relevantes para a explicação do fenómeno variável.

4. Resultados obtidos: totais e parciais

4.1. Distribuição geral dos dados do *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* na totalidade do *corpus* de provas das 10ª e 11ª classes.

Foram identificadas 371 ocorrências de formas imperativas, sendo 291 ocorrências de *imperativo-forma de 3P* (80.4%) e 80 ocorrências de *imperativo-forma de 2P* (19.6%). Os resultados gerais do *corpus* analisado comprovam que houve uma presença significativa da forma *imperativo-forma de 3P*, a forma mais expectável em documentos de cunho mais formal, como é o caso das provas de diferentes disciplinas aplicadas aos alunos da 10ª e 11ª classes. Por um lado, a variante do *imperativo-forma de 3P* foi preponderante com quase 80,5% de frequência de uso contra apenas 19,6% do *imperativo-forma de 2P*: variante mais comum para o tratamento com os mais jovens e para um tratamento mais informal⁵. Por outro lado, é interessante destacar a variação das duas formas imperativas numa mesma prova.

Apesar de os índices para o *imperativo-forma de 2P* não ultrapassarem os 20% de frequência, cabe-nos procurar compreender que fatores determinam tal variação nesta amostra de provas de diferentes professores

⁵ Todavia, alertamos para o facto de que maior informalidade não depende apenas da faixa etária do “tu”, mas de outros dados contextuais.

bacharéis, licenciados e mestres, seja observando em que provas ocorre uma ou outra forma variante, seja analisando a variação das duas formas na mesma prova.

Como mencionámos, controlámos os dados, primeiramente, tendo em vista a presença ou não de mistura das formas imperativas numa mesma prova. O nosso objetivo era observar se, a mistura das formas ocorria numa mesma prova, e se o(a) mesmo(a) professor(a) nos enunciados das suas provas, apresentava, ou não, o uso variável das estratégias imperativas, sendo estes textos monitorados e produzidos por professora(s) que, na sua maioria, possuem grau mínimo de bacharelato. Os resultados constam na tabela seguinte:

	Uso das formas variantes do imperativo nas provas				
	<i>Imperativo-forma de 3P</i> N	%	<i>Imperativo-forma de 2P</i> N	%	Total N
Presença exclusiva de forma <i>imperativo-forma de 3P</i>	177	100	0	0	177
Presença exclusiva de forma <i>imperativo-forma de 2P</i>	0	0	9	100	9
Presença de formas <i>imperativas de 2P e de 3P</i> (provas mistas)	114	61,6	71	38,4	185
Total	291	80,4	80	19,6	371

TABELA2 – Formas variantes do imperativo (*forma de 2P e forma de 3P*) presentes na totalidade do *corpus* de provas

Os dados mostram que o *imperativo-forma de 3P* foi a estratégia predominante no *corpus*, quer seja como a única forma presente nas

provas com 177 ocorrências, quer seja como forma variante em relação ao *imperativo-forma de 2P* com 114 ocorrências. Neste último caso, isto é, neste grupo de provas que apresentaram variação, o *imperativo-forma de 3P* também prevaleceu: identificaram-se 114 ocorrências do *imperativo-forma de 3P* (61,6%) contra 71 do *imperativo-forma de 2P* (38,4%) nas provas mistas. Os 9 dados da *forma de 2P*, como única estratégia do imperativo empregue, ocorreram em apenas uma prova de língua portuguesa (L2) aplicada à 11ª classe no período da tarde no curso de geo-história, como mostram os exemplos de 4 a 7:

- 4) «*Fundamenta* a tua resposta com base no texto.»;
- 5) «*Identifica* as personagens do texto e *classifica-as* psicologicamente e socialmente.»;
- 6) «*Passa* as formas verbais sublinhadas no texto para o tempo futuro, modo indicativo.»;
- 7) «Numa linguagem clara e objectiva, *fala* do amor ao próximo, não acima de 10 linhas.» (Prova de Língua Portuguesa – L2)

É curioso observar que a professora, aqui identificada como L2, empregou exclusivamente o *imperativo-forma de 2P* apenas nesta prova, embora tenha utilizado as duas formas variantes em outras folhas de provas. Nos dados em análise, é provável que a professora tenha optado pela estratégia imperativa mais informal nos seus enunciados para maior aproximação com o vernáculo dos seus alunos. Interessante observar que a manutenção de formas do mesmo paradigma, ou seja, formas associadas ao pronome pessoal de segunda pessoa do singular, portanto, *tu*, neste caso, prevaleceram na prova, uma vez que a professora também usou um pronome possessivo de segunda pessoa do singular *tua*, conforme ilustra o exemplo 4, obedecendo totalmente à uniformidade do tratamento: “**Fundamenta** a **tua** resposta com base no texto”.

Realizámos, igualmente, um cruzamento entre o tipo de prova (mista para o uso do imperativo ou não-mista para usos exclusivos) e a disciplina da prova. A tabela a seguir mostra como os dados estão distribuídos:

Estratégia imperativa/ Disciplina	Provas <i>mistas</i>		Provas <i>não-mistas</i>	
	<i>Imperativo-forma de 3P</i>	<i>Imperativo-forma de 2P</i>	<i>Só imperativo-forma de 3P</i>	<i>Só imperativo-forma de 2P</i>
Língua Portuguesa	38	10	115	9
Biologia	9	6	12	--
Metodologia de Ensino	9	6	27	--
Matemática	8	7	17	--
Geografia	15	13	6	--
História	11	20	---	--
Empreendedorismo	24	9	--	--
Total	114	71	177	9

TABELA3 – Distribuição do número de ocorrências das variantes de imperativo-forma de 3P e de 2P nas provas *mistas* e *não-mistas* por disciplina

Em primeiro lugar, aprez-nos referir que apenas nas provas de língua portuguesa houve todos os tipos previstos: provas em que se usou apenas o *imperativo-forma de 3P* (a maioria), provas em que se usou apenas o *imperativo-forma de 2P* e provas com variação. Apesar da presença da variação entre as duas estratégias nessas provas, predominou o *imperativo-forma de 3P* nas provas de língua portuguesa, o que confirma a hipótese inicial do uso dessa variante do imperativo em textos de maior monitoramento e formalidade. Como evidencia a tabela 3, as provas em que o uso do *imperativo-forma de 3P* prevaleceu foram: biologia, metodologia e matemática. Destaca-se ainda que, em duas disciplinas

(história e empreendedorismo), houve sempre variação entre as duas estratégias previstas para o imperativo. Tal resultado pode evidenciar que os professores dessas disciplinas aparentemente estavam menos monitorados para o controlo de aspetos relativos a variantes de distanciamento e de formalidade, estando mais abertos para usos relacionados à proximidade comunicativa.

Em suma, esses primeiros resultados confirmaram a hipótese prevista do maior uso do *imperativo-forma de 3P* nos enunciados das provas analisadas por ser tal variante a estratégia imperativa mais formal associada a *você/ou senhor* (ou tratamento nominal) conforme prevê a tradição gramatical.

Como observámos, a distribuição geral com todos os dados levantados no conjunto de provas analisado mostrou casos de variação do imperativo numa mesma prova. Falta-nos, ainda, compreender e explicar os contextos em que a variação do *imperativo-forma de 3P* e *imperativo-forma de 2P* ocorrem. Na próxima seção, apresentaremos os resultados parciais relativos aos dados extraídos de provas denominadas de *mistas*, ou seja, as que apresentaram coexistência das duas estratégias imperativas em referência ao interlocutor.

4.2. Análise da variação de estratégias imperativas (de 2P e de 3P) nas provas *mistas*: grupos de fatores selecionados

Além da descrição geral dos dados obtidos para o imperativo, realizámos uma *rodada* binária com os dados extraídos das provas mistas a partir do uso do programa estatístico *GOLDVARB X*, a fim de observar quais os fatores que foram realmente relevantes para a explicação do fenómeno variável. O programa *GOLDVARB X* realiza uma análise multivariada, confrontando todos os contextos (fatores) postulados e seleciona aqueles que são estatisticamente determinantes naqueles conjuntos de dados, indicando o peso relativo de cada grupo de fatores. O programa, *grosso modo*, indica, em termos estatísticos probabilísticos, que fatores favorecem ou desfavorecem a aplicação da regra variável. Para tal *rodada multivariada*, considerámos o *imperativo-forma de 2P* como *valor de aplicação* da regra variável. Dos sete grupos de fatores testados (*vide* secção 3), o *GOLDVARB X* selecionou apenas dois grupos: um linguístico e outro extralinguístico. O primeiro foi o padrão de regularidade do verbo e o segundo a disciplina

da prova em análise em que o dado foi localizado. Os resultados serão abordados a seguir.

4.2.1. Regularidade dos verbos

O grupo selecionado pelo programa como estatisticamente significativo tem a ver com a (ir)regularidade das variantes de *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* correspondentes. Tal grupo foi considerado nos estudos de Scherre (2000) e, na verdade, a autora conjuga, em apenas um grupo de fatores, aspetos fonéticos-fonológicos, como saliência fónica, e aspetos morfológicos para categorizar as formas verbais mais e menos complexas. No controlo do grupo, a autora analisa, por exemplo, a natureza precedente das vogais (se (+) aberta ou fechada), e os padrões regulares e irregulares dos verbos, associados aos paradigmas das conjugações (1ª, 2ª e 3ª). A hipótese que norteia esse grupo foi testada em outros trabalhos, como o de Silva (2017), Evangelista (2010) e Scherre (2000). As autoras verificaram que, no português brasileiro, os verbos que têm vogal precedente [+ aberta](*fala/fale*) favoreceriam a ocorrência de *imperativo-forma de 2P*, enquanto que os verbos precedidos de uma vogal [- aberta] favoreceriam o *imperativo-forma de 3P* (*manda/mande; vira/vire*).

Nos trabalhos de Scherre (1998, 2000), com base em dados da fala e escrita, a autora apresenta resultados que mostram que formas imperativas com vogal do radical do verbo (precedente à *marca desinencial* de imperativo) [+ aberta] *fala/fale, olha/olhe, espera/espere* tiveram pesos relativos acima de .600, favorecendo o *imperativo-forma de 2P*, enquanto os verbos com vogal precedente [- aberta] *manda/mande, tenta/tente, conta/conte, vira/vire, usa/use* –, desfavorecem a ocorrência dessa variante, com peso relativo abaixo de .500. Scherre (2003: 181), no estudo feito com *Diálogos de histórias em quadrinhos da Turma da Mônica* publicado em 1998 e 1999, observou que o paradigma dos verbos regulares da primeira conjugação tendeu a liderar o uso do *imperativo-forma de 2P* em contexto discursivo do pronome *você*. A observação criteriosa da autora indica que menor marcação interna no paradigma verbal implica

tendência de uso da variante do imperativo menos marcada que, no caso do português brasileiro, é o *imperativo-forma de 2P*. A maior marcação interna, ou seja, formas estruturalmente mais complexas implicam o uso da variante imperativa mais marcada: a variante menos geral, que é o *imperativo-forma de 3P*. O menor número de sílabas e a vogal precedente mais aberta favorecem o *imperativo-forma de 2P*; o maior número de sílabas e a vogal precedente menos aberta favorecem o *imperativo-forma de 3P*. Scherre (2003) agregou outros fatores nesse grupo de regularidade dos verbos. Constariam nesse caso os verbos irregulares com oposição **menos marcada** entre o *imperativo* nas formas de 2P e de 3P, como: *dá/dê, sai/saia, vai/vá, vem/venha, põe/ponha*. Na perspetiva da autora, esses verbos favorecem o *imperativo-forma de 2P*. Por outro lado, nos verbos irregulares com oposição **mais marcada**, ou seja, maior diferença entre as formas variantes, como *faz/faça, diz/diga, sê/seja*, a tendência seria ocorrer preferencialmente o *imperativo-forma de 3P*.

Em síntese, as hipóteses norteadoras, formuladas, a partir dos trabalhos de Scherre, são as seguintes: o *imperativo-forma de 2P* é favorecido, em geral, nos grupos verbais regulares e irregulares **menos marcados**; o *imperativo-forma de 3P* nas formas verbais **mais marcadas**.

A partir dos trabalhos apresentados, adotámos o grupo (ir)regularidade dos verbos com ligeiras modificações e observámos os dados retirados das folhas de provas elaboradas por professora(e)s angolana(o)s da escola já mencionada da província do Huambo. A tabela a seguir ilustra os resultados parciais obtidos com base na *rodada multivariada* do programa *GOLDVARB – X*. Na primeira coluna da tabela, apresentamos os fatores do grupo; na segunda coluna, indica-se o número de ocorrências das formas imperativas-*forma de 2P*; na terceira coluna, a percentagem de frequência e, na última coluna, indicam-se os pesos relativos para cada fator definido. Referimos, como mencionado anteriormente, que os pesos relativos acima de .500 indicam favorecimento da regra de aplicação e os valores abaixo de .500 sinalizam o desfavorecimento do fator para a forma imperativa em questão. O valor de aplicação, como referimos, foi o *imperativo-forma de 2P*:

Regularidade dos verbos	<i>Imperativo-forma de 2P</i> Ocorrências	%	Peso relativo
(1) Paradigma regular menos marcado – 1ª. conjugação vogal precedente [+aberta](fala/fale; olha/olhe; assinala/assinale)	30/59	50,8	.669
(2) Paradigma regular menos marcado – 1ª. conjugação vogal precedente[-aberta] conta/conte; tenta/tente; determina/determine.)	18/27	66,7	.828
(3) Paradigma regular mais marcado - 2ª,3ª conjugação (descreve/descreva; atende/atenda)	2/27	7,4	.142
(4) Paradigma regular de 2ª,3ª conjugação, oposição menos marcado – (abre/abra)	2/7	28,6	.402
5) Paradigma irregular oposição menos marcada – (dá/dê; põe/ponha)	18/38	47,4	.723
6) Paradigma irregular, oposição mais marcada - (faz/faça; diz/diga; define/defina; corrige/corrija)	1/27	3,7	.072

TABELA 4 – Regularidade dos verbos em provas *mistas*.
Valor de aplicação: imperativo-forma de 2P

Em termos de tendências gerais, os resultados obtidos na produção escrita de Angola, no caso nos enunciados de provas analisados, são semelhantes aos obtidos por Scherre (1998; 2000) para dados do discurso falado e escrito no português brasileiro. Como verificamos na tabela 4, os dois primeiros grupos (1 e 2) que reúnem os verbos regulares menos marcados de 1ª conjugação, seja com vogal precedente [+ aberta] ou [- aberta], favoreceram o *imperativo-forma de 2P*, visto que apresentaram pesos relativos acima de .500. Comparativamente, o grupo (2) com vogal precedente [- aberta]

apresentou-se como o contexto linguístico mais favorecedor da aplicação da regra. A percentagem foi de 66,7% de frequência com o peso relativo mais alto, .828. O grupo (1) com vogal precedente [+ aberta] teve 50,8% de frequência com o peso relativo menos alto do que o grupo (2), com .669. O outro fator que se mostrou favorecedor do *imperativo-forma de 2P* foi o grupo (5), dos paradigmas irregulares com oposição menos marcada. Neste caso, o percentual foi de 47,4% e .723 de peso relativo.

No geral, os verbos regulares mais marcados de 2ª e 3ª conjugações (pertencentes aos grupos 3 e 4) desfavorecem o *imperativo-forma de 2P*. O grupo (6) - padrão irregular - como posição mais marcada também se revelou desfavorecedor do *imperativo-forma de 2P* como previsto nas hipóteses levantadas para o português brasileiro. Aparentemente, também, em Angola, as diferenças de uso das formas variantes do imperativo (*forma de 2P e de 3P*) são influenciadas pela natureza fonética e morfológica dos verbos empregados: formas menos marcadas propiciam o *imperativo-forma de 2P* e as mais marcadas o *imperativo-forma de 3P*⁶.

Vejam os outros grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico. Neste caso, trata-se de um fator de natureza extralinguística.

4.2.2. Disciplinas das provas

O outro grupo relevante selecionado pelo programa estatístico foi o que se convencionou denominar de disciplinas das provas. Como não tivemos oportunidade de obter informações mais precisas sobre o perfil social dos docentes que formularam as provas, utilizámos a referência às disciplinas das provas em que os dados foram obtidos. Dos estudos efetuados sobre o tema em análise, não verificámos, até ao momento, uma pesquisa relacionada com o género “prova”, para que pudéssemos levar em conta a comparação neste grupo.

A nossa hipótese inicial era a de que os professores de língua portuguesa, como mencionado em 4.1, apresentariam menor variação no uso das

⁶ Ficará para um trabalho futuro a análise lexical dos verbos instrucionais ocorrentes nas provas. O cruzamento dos dados levantados, de natureza morfológica e fonética, com dados de natureza lexical pode contribuir, de forma relevante, para estas conclusões, já que as provas são um contexto fechado em que o material lexical para formulação de imperativos tende a ser recorrente (a taxa de repetição das regularidades fonéticas e morfológicas observadas decorre da repetição dos mesmos verbos, usados pelos mesmos indivíduos com taxas diferenciadas de uso dos imperativos).

estratégias imperativas por conta de uma preocupação mais monitorada da disciplina em si. Assim, o uso da variante mais formal do *imperativo-forma de 3P* predominaria nesta disciplina. Os professores das outras disciplinas, por sua vez, não teriam necessariamente um monitoramento linguístico tão forte e, possivelmente, empregariam usos mais informais de maior proximidade comunicativa, no caso, o *imperativo-forma de 2P* na formulação dos enunciados de suas provas. Curiosamente, este grupo extralinguístico foi selecionado pelo programa *GOLDVARB – X* como favorecedor da regra variável. A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos:

Disciplinas	<i>Imperativo-forma de 2P</i> Ocorrências	%	Peso relativo
Língua portuguesa	10/48	20,8	.311
Matemática	7/15	46,7	.644
História	20/31	64,5	.787
Biologia	6/15	40	.548
Empreendedorismo	9/33	27,3	.328
Geografia	13/28	46,4	.581
Metodologia de ensino	6/15	40	.508

TABELA 5 – Disciplina: verificação parcial em provas *mistas*.
Valor de aplicação: *imperativo-forma de 2P*

Os resultados da tabela 5 mostram que em todas as disciplinas houve variação nas estratégias do imperativo, mas identificou-se uma diferença de comportamento dos docentes de cada área como previsto na nossa hipótese inicial. Os docentes que elaboraram as provas de história tiveram os maiores pesos relativos para o emprego do *imperativo-forma de 2P*, com .787. Em segundo lugar, surgem os docentes de matemática que apresentaram peso relativo de .644. Em termos dos resultados gerais, seriam estas as disciplinas em que houve maior favorecimento para o uso do *imperativo-forma de 2P*. Com pesos relativos próximos da média de .500, estão as provas formuladas pelos professores de geografia, com .581, de biologia, com .548 e de metodologia de ensino, com .508. A prova de

empreendedorismo também teve baixos índices para o *imperativo-forma de 2P*. Como seria de esperar, as provas da disciplina de língua portuguesa apresentam menos favorecimento do *imperativo-forma de 2P* com peso relativo de .311. Assim, houve mais favorecimento do *imperativo-forma de 3P* nas provas dos professores mais monitorados linguisticamente, por se tratar de professores com maior domínio do uso das duas estratégias linguísticas endereçadas ao aluno (inquirido), tendo em conta o caráter da disciplina, onde se planificam e ensinam conteúdos sobre a expressão do imperativo nas formas de 2P e de 3P.

5. Considerações finais

A frequência dos resultados globais das formas variantes do imperativo na nossa amostra foi bastante desequilibrada, com 80,4% da forma referente ao *imperativo-forma de 3P* e 19,6% ao *imperativo-forma de 2P*. Apesar de os índices para a *forma imperativa de 2P* não ultrapassarem os 20% de frequência, coube-nos procurar compreender que fatores determinaram tal variação nesta amostra de provas de diferentes professores bacharéis, licenciados e mestres. Em função desses resultados globais, algumas questões precisaram ser respondidas: (i) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado? (ii) A variação deu-se de acordo com um critério individual, ou seja, cada professor tende a usar sempre a mesma forma de imperativo nas instruções das suas provas ou numa mesma prova um mesmo professor pode variar na forma de imperativo usada nas instruções? (iii) A variação tem uma ligação funcional estável, ou seja, está relacionada com a marcação de [+ proximidade] vs. [+ afastamento] com o *tu* ou *você/senhora*, respetivamente? (iv) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo? (v) Os contextos favorecedores do uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii* (2000, 2002, 2003, 2004, 2007) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo *forma de 2P* e *forma de 3P* no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Para responder à segunda e terceira questões, controlámos os dados, tendo em vista a presença ou não de mistura das formas imperativas numa mesma prova. Os resultados mostraram que a variante imperativa de 3P foi a estratégia predominante no *corpus*, quer seja como a única forma presente nas provas com 177 ocorrências, quer seja como forma variante em relação à forma de 2P com 114 ocorrências. Neste grupo de provas que apresentaram variação, o *imperativo-forma de 3P* também prevaleceu: identificaram-se 114 ocorrências dessa estratégia (61,6%) contra 71 do *imperativo-forma de 2P* (38,4%) nas provas que denominamos, aqui, de mistas. Os 9 dados do *imperativo-forma de 2P*, como única estratégia do imperativo empregue, ocorreu em apenas uma prova de língua portuguesa.

Para responder à quarta questão, analisámos apenas os dados extraídos de provas que apresentaram coexistência das duas estratégias imperativas a partir de resultados parciais e dos grupos de fatores selecionados pelo *Goldvarb-x*. Quanto ao grupo de natureza linguística, **regularidade dos verbos**, as hipóteses foram confirmadas. Os paradigmas regulares menos marcados da 1ª conjugação com vogal precedente (+) e (-) aberta e o irregular com posição menos marcada favoreceram a expressão do *imperativo-forma de 2P* com pesos relativos de .669; .828; .723; os paradigmas regulares (+) e (-) marcados da 2ª e 3ª conjugações ao lado dos irregulares com oposição (+) e (-) marcadas desfavoreceram quase categoricamente a expressão do *imperativo-forma de 2P* com .142; .402; .072. Quanto ao fator extralinguístico - **disciplinas**, observámos que as provas aplicadas nas disciplinas de história, matemática, geografia, biologia e metodologia de ensino favoreceram o *imperativo-forma de 2P* com .787; .644; .581; .548; .508, ao passo que as de língua portuguesa e empreendedorismo desfavoreceram-no.

Para uma resposta à primeira e última questões, pode depreender-se, pelos resultados, que a variação do imperativo em referência ao interlocutor, na forma de 2P e de 3P, parece confirmar, em relação ao contexto angolano, concretamente nos textos monitorados, isto é, em enunciados de provas produzidos por professores angolanos, que os professores adotam a forma vernácula mais informal, resultando, assim, na similaridade das ocorrências desse fenómeno linguístico com o português do Brasil, corroborando, em alguns aspetos, com os postulados formulados por Scherre *et alii* (1998; 2007).

Os resultados confirmaram a hipótese prevista do maior uso do *imperativo-forma de 3P* nos enunciados das provas analisadas por ser tal variante a estratégia imperativa mais formal associada a *você/o senhor*, conforme descreve a tradição gramatical. Além disso, o *imperativo-forma de 3P* predominou nas provas de língua portuguesa, o que reitera a nossa hipótese de o seu uso estar ainda associado a contextos de escrita mais monitorados.

REFERÊNCIAS

Andrade, C.; Melo, F.G. de Scherre, M.M.P. 2007. História e variação lingüística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. *Finos Leitores: Jornal de Letras, Brasília*, 3(1).

Barbosa, A. 2013. *Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória (ES)*. São Paulo (Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Letras). Dissertação de mestrado.

Cardoso, D. B. B. 2006. O imperativo gramatical no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, 14(2), 317-340.

Cavalheiro, V. M. 2016. *As diferentes regras de uso das formas tu e você e suas influências na compreensão de narrativas literárias: PB e PE*. Porto (Universidade do Porto, Faculdade de Letras). Dissertação de doutoramento.

Evangelista, E. 2010. *Fala, Vitória! – A variação do imperativo na cidade de Vitória/ES e sua posição no cenário nacional*. São Paulo (Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Letras). Dissertação de mestrado.

Givón, T. 2001. The functional approach to language and the typological approach to grammar. In: *Syntax*. v.1. Amsterdam (J. Benjamins), 1-42.

Labov, W. 1994. *Principles of Linguistic Change – Internal Factors*. Oxford (Blackwell).

Labov, W. 2008. *Padrões sociolinguísticos* [trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso], 1ª ed.. São Paulo (Parábola).

Sankoff, D.; Tagliamonte, S.; Smith, E. (2005). *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto (Department of Linguistics, University of Toronto).

Scherre, M. M. P. et alii. 1998. Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. *Papers in Sociolinguistics*. N.WAVE-26 à l'Université Laval (Québec): Nota Bene, 63-72.

Scherre, M. M. et alii. 2000. *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no Português do Brasil*. II Congresso Nacional da ABRALIN

e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis (Taciro – Produção de Cds Multimídia), 1333-1347.

Scherre, M. M. *et alii*. 2002. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: Bagno, M. (Orgs.), *Lingüística da norma*. São Paulo (Edições Loyola), 217-265.

Scherre, M. M. *et alii*. 2003. Norma e Uso na Expressão do Imperativo em Revistas em Quadrinhos da Turma da Mônica. In: Silva, Denize E. Garcia, Lara, G. M. Proença e Magazzo, Maria Adélia (orgs.), *Estudos de Linguagem – Inter-relações e Perspetivas*. Campo Grande (Editora da UFMS), 177-191.

Scherre, M. M. P. *et alii*. 2007. Aspetos Sincrônicos e Diacrônicos do Imperativo Gramatical no Português Brasileiro. *Alfa*. 51 (1): 189-222.

Scherre, M. M. P. 2004. Norma e uso - o imperativo no português brasileiro. In: Dietrich, W.& Noll, V. (org.) *O português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt am Main (Vervuert)/ Madrid (Iberoamericana), 231-260.

Scherre, M. M. P. & Brasil, E. 2001. Norma e uso na variação do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. *I Encontro Nacional do GELCO (Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste)*. Campo Grande (UFMS).

Scherre, M. M. P. 2008. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos. *Anthony Naro e a lingüística no Brasil-Uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro (FAPERJ/7Letras), 306-319.

Silva, É.. 2017. *Formas Imperativas de Segunda Pessoa no Português Brasileiro*. Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras). Dissertação de doutoramento.

Silva, G. M. de Oliveira & Scherre, M. M. 1996. *Padrões Sociolinguísticos: Análise de Fenómenos Variáveis do Português Falado na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro (Tempo Brasileiro).